

P
71

CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS
DE SERVIÇO DE CÓPIAS ENTRE
CÂMARA DE VILA NOVA DE FAMALICÃO E FREGUESIA DE OLIVEIRA S. MATEUS

PRIMEIRO OUTORGANTE: **MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO**, NIPC 506 663 264, com sede na Praça Álvaro Marques, com o endereço eletrónico camaramunicipal@vilanovadefamalicao.org, representado neste contrato pelo Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Paulo Alexandre Matos Cunha, casado, natural da freguesia de Gavião e residente na Rua Manuel Fernandes da Cruz n.º 58, 1º A, da união de freguesias de Vila Nova de Famalicão e Calendário, no uso das competências previstas nas alíneas a) e c) do n.º 1 e na alínea f) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

SEGUNDA OUTORGANTE: **FREGUESIA DE OLIVEIRA S. MATEUS**, NIPC 507 021 932, com sede na Rua Eva Machado Guimarães, n.º 12 e 18, Santana, freguesia de Oliveira S. Mateus., com o endereço eletrónico junta.s.mateus@sapo.pt, representada neste contrato pelo Exmo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia Carlos Alberto da Costa Pereira, no uso das competências previstas nas alíneas a) e g) do n.º 1 do artigo 18.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Considerando que:

- O regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, prevê a possibilidade de delegação de competências dos órgãos dos municípios nos órgãos das freguesias, concretizando-se esta delegação através da celebração de contratos interadministrativos;
- A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado no artigo 118.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- A par das regras estabelecidas pelo regime jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os contratos interadministrativos de delegação de competências estão ainda sujeitos, a título subsidiário, ao Código dos Contratos Públicos e ao Código do Procedimento Administrativo;

- Os Municípios dispõe de atribuições, designadamente, nos domínios de educação, sendo da competência da Câmara Municipal deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita a alimentação, alojamento e atribuição de auxílios económicos a estudantes, conforme estabelecido, respetivamente, na alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º e na alínea hh) do n.º 1 do artigo 33.º ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;
- De acordo com os estudos que têm sido promovidos pelo Município, tendo por base o disposto no artigo 115º, por remissão do artigo 122º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta e num contexto de escassez de recursos, importa rentabilizar os meios disponíveis, num quadro de corresponsabilização, cooperação, solidariedade, mas sobretudo tendo em atenção a necessidade de encontrar respostas eficazes para os problemas e dificuldades com que todos os dias as autarquias locais são confrontadas;
- A concretização da delegação de competências, materializada no presente contrato, respeita os princípios estabelecidos no artigo 135.º do Anexo I da referida Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, celebração, execução e a cessação de contratos desta natureza, obedecendo aos princípios da igualdade, da não discriminação, da estabilidade, da prossecução do interesse público, da continuidade da prestação do serviço público, e da necessidade e suficiência dos recursos, constantes do artigo 121.º do Anexo I do citado diploma legal;

Com base no disposto na alínea I) do n.º 1 do artigo 33.º conjugada com a alínea i) do n.º 1 do artigo 16º e no disposto no artigo 120.º, todos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão discutiu, preparou e vai celebrar com a Junta de Freguesia de Oliveira S. Mateus o presente contrato interadministrativo, o qual se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

Objeto do contrato

1. O presente contrato tem por objeto a delegação de competências da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão na Junta de Freguesia de Oliveira S. Mateus, no pagamento de 23€ por aluno/por ano letivo

81

para o fornecimento mínimo de 50 cópias a preto e branco e 10 cópias a cores por cada mês do ano letivo para os estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico em funcionamento na freguesia.

Cláusula 2.^a

Disposições e cláusulas por que se rege o contrato

1. Na execução do presente contrato de delegação de competências observar-se-ão:
 - a) As cláusulas deste contrato;
 - b) A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
2. Subsidiariamente, aplicam-se ainda:
 - a) O Código dos Contratos Públicos;
 - b) O Código do Procedimento Administrativo;
 - c) Legislação avulsa aplicável à competência delegada.

Cláusula 3.^a

Prazo do contrato

O período de vigência do presente contrato corresponde à duração do mandato da Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão, sem prejuízo do disposto na cláusula 11^a.

Cláusula 4.^a

Definição do objeto do contrato

1. O Município de Vila Nova de Famalicão tem como prioridade a modernização da rede de instalações educativas, bem como a melhoria do apetrechamento tecnológico, de modo a proporcionar um ambiente de aprendizagem cada vez mais motivador e gratificante pelo que delega na Junta de Freguesia a competência para:
 - a) Assegurar o fornecimento mínimo de 50 cópias a preto e branco e 10 cópias a cores por cada mês do ano letivo para os estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico em funcionamento na freguesia, pelo pagamento de 23€/aluno/ano letivo.

Cláusula 5.^a

A forma de cumprimento do objeto do contrato

1. O exercício da delegação de competências é efetuado nos termos das normas e orientações emanadas pela Câmara Municipal.

Cláusula 6.^a

Afetação dos recursos financeiros

1. No âmbito da presente delegação de competências a Câmara Municipal procede à transferência do montante constante no Anexo I que é parte integrante deste contrato.

71

2. A verba a transferir para a Freguesia será feita em quatro prestações, nomeadamente em março, junho, setembro e dezembro.

Cláusula 7^a

Verificação do cumprimento do objeto do contrato

1. O Município pode verificar o cumprimento do objeto do contrato pela Junta de Freguesia, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.
2. Visando uma articulação permanente no âmbito da execução do contrato, os representantes indicados pelas partes devem reunir-se periodicamente.
2. As determinações do Município emitidas no âmbito da verificação do cumprimento deste contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a Junta de Freguesia, devendo esta proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

Cláusula 8.^a

Recursos Humanos e patrimoniais

Não são afetos recursos humanos nem patrimoniais à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

Cláusula 9.^a

Modificação do contrato

1. O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público devidamente fundamentadas.
2. A modificação do contrato obedece a forma escrita.

Cláusula 10.^a

Suspensão do contrato

1. A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:
 - a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários a sua execução;
 - b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.
2. Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, os outorgantes devem, com as devidas adaptações, demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

9
71

Cláusula 11.^a

Resolução do contrato

1. Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:
 - a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;
 - b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.
2. Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 12.^a

Revogação do contrato

1. As partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.
2. A revogação obedece a forma escrita.

Cláusula 13.^a

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, as mesmas deverão ser dirigidas através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura, para o respetivo endereço eletrónico identificado neste contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 14.^a

Entrada em vigor

O presente contrato entra em vigor no dia 21 de maio de 2018.

Cláusula 15.^a

Publicidade

Este contrato é publicitado no sítio da internet do Município de Vila Nova de Famalicão.

Cláusula 16.^a

Cabimento e compromisso

A despesa relativa a este contrato encontra-se devidamente cabimentada na rubrica 04050102 pelo cabimento nº 2018/715, correspondendo-lhe o compromisso nº 2018/779.

Para constar se lavrou o presente contrato em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes.

*O Presidente da Câmara Municipal de
Vila Nova de Famalicão,*

Tânia CM

*O Presidente da Junta de Freguesia de
Oliveira S. Mateus,*

Engr. Alberto da Cunha Ferreira

Parágrafo único:

A minuta deste acordo de execução foi presente à reunião da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão em 08 e 22 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o disposto na alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, submetida à sessão da Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão em 22 de fevereiro de 2018, para efeitos de autorização, no termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei, e presente à reunião da Junta de Freguesia de Oliveira S. Mateus em 18 de abril de 2018, em conformidade com o disposto na alínea i) e j) do n.º 1 do artigo 16.º da referida Lei, e submetido à sessão da Assembleia de Freguesia de Oliveira S. Mateus em 20 de abril de 2018, para efeitos de autorização nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 9.º, do mesmo diploma.

Freguesia	EE	N.º de Alunos	EPE	1.º CEB	Pretto (50)	Cores (10)	23,00
Bairro	Bairro	118	118	5900	1180	2.714,00	
Bairro	Ji Bairro	35	35	1750	350	805,00	3.519,00
Brufe	Lagarinhos	41	41	2050	410	943,00	
Brufe	Carvalho	42	42	2100	420	966,00	2.806,00
Castelões	Ji Brufe	39	39	1950	390	897,00	
Cruz	Castelões	104	104	5200	1040	2.392,00	2.392,00
Cruz	Cruz	31	31	1550	310	713,00	
Delães	Ji Cruz	19	19	950	190	437,00	1.150,00
Delães	Delães	107	107	5350	1070	2.461,00	
Delães	Ji Delães	22	22	1100	220	506,00	2.967,00
Fradelos	Sapugal, Fradelos	114	43	71	5700	1140	2.622,00
Fradelos	Valdossos, Fradelos	93	30	63	4650	930	2.139,00
Fradelos	Ji Sapugal	43	43	2150	430	989,00	
Gravião	Gavião	102	102	5100	1020	2.346,00	3.151,00
Gravião	Ji Gravião	35	35	1750	350	805,00	
Joane	Joane (UEE)	331	51	280	16550	3310	7.613,00
Landim	Landim	73	73	3650	730	1.679,00	
Louro	Louro	202	38	164	10100	2020	4.646,00
Lousado	Lousado	168	168	8400	1680	3.864,00	
Lousado	Ji Lousado	16	16	800	160	368,00	4.232,00
Moçuge	Moçuge	87	13	74	4350	870	2.001,00
Nine	Nine	108	108	5400	1080	2.484,00	
Nine	Ji Nine	25	25	1250	250	575,00	3.059,00
Oliveira S. Mateus	Oliveira S. Mateus	108	18	90	5400	1080	2.484,00
Oliveira Santa Maria	Oliveira Santa Maria	97	11	86	4850	970	2.231,00
Pedome	Pedome	73	73	3650	730	1.679,00	
Pousada de Saramagos	Pousada	84	84	4200	840	1.932,00	1.932,00
Requião	Requião	49	49	2450	490	1.127,00	
Requião	Ji Requião	32	32	1600	320	736,00	1.863,00
Riba d' Ave	Riba de Ave	232	35	197	11600	2320	5.336,00
Ribeirão	Ribeirão n.º 1	340	44	296	17000	3400	7.820,00
Ribeirão	Ji Aldeia Nova	36	36	1800	360	828,00	8.648,00
UF Antas e Abade de Vermoim	Antas (UEE)	259	68	191	12950	2590	5.957,00
UF Antas e Abade de Vermoim	Lameiras, Antas	79	20	59	3950	790	7.774,00
UF Arnoso e Sezures	Arnoso Santa Maria	101		101	5050	1010	2.323,00
UF Arnoso e Sezures	Arnoso Santa Eulália	46		46	2300	460	1.058,00
UF Arnoso e Sezures	Ji Arnoso Santa Maria	36	36		1800	360	828,00
UF Arnoso e Sezures	Ji Arnoso Santa Eulália	18	18		900	180	414,00
UF Avidos e Lagoa	Avidos	50		50	2500	500	1.150,00
UF Avidos e Lagoa	Lagoa	36		36	1800	360	828,00
UF Avidos e Lagoa	Ji Avidos	28	28		1400	280	644,00
UF Avidos e Lagoa	Ji Lagoa	14	14		700	140	322,00
UF Carreira e Bente	Carreira	34		34	1700	340	782,00
UF Carreira e Bente	Ji Bente	17	17		850	170	391,00

71

71

Freguesia	EE	N.º de Alunos	EPE	1.º CEB	Pretó (50)	Cores (10)	23,00
UF Esmeriz e Cabecudos	Esmeriz	81	81	4050	810	1.863,00	
UF Esmeriz e Cabecudos	Cabeçudos	33	33	1650	330	759,00	
UF Esmeriz e Cabecudos	JI Esmeriz	28	28	1400	280	644,00	
UF Esmeriz e Cabecudos	JI Cabeçudos	16	16	800	160	368,00	
UF Famalicão e Calendário	Conde S. Cosme	192	192	9600	1920	4.416,00	
UF Famalicão e Calendário	Luis de Camões	359	20	339	17950	3590	
UF Famalicão e Calendário	Nuno Slimões (UEE)	80	0	80	4000	800	
UF Famalicão e Calendário	Loureiro	92	13	79	4600	920	
UF Famalicão e Calendário	S. Miguel	64		64	3200	640	
UF Famalicão e Calendário	Meães	16		16	800	160	
UF Famalicão e Calendário	JI Lage	33		33	1650	330	
UF Famalicão e Calendário	Mões	43		43	2150	430	
UF Gondifelos, Cavalões e Outiz	Gondifelos	75		75	3750	750	
UF Gondifelos, Cavalões e Outiz	Cavalões	25		25	1250	250	
UF Gondifelos, Cavalões e Outiz	Outiz						
UF Gondifelos, Cavalões e Outiz	JI Gondifelos	38		38	1900	380	
UF Gondifelos, Cavalões e Outiz	JI Outiz	62	37	25	3100	620	
UF Lemenhe, Mouquim e Jesufréi	JI Mouquim	12	12		600	120	
UF Lemenhe, Mouquim e Jesufréi	JI Lemenhe	11	11		550	110	
UF Ruiães e Novais	Ruiães	13	13		650	130	
UF Seide	Seide S. Miguel	100	22	78	5000	1000	
UF Seide	JI Seide	31		31	1550	310	
UF Vale S. Cosme, Telhado e Portela	Vale S. Cosme	98		98	4900	980	
UF Vale S. Cosme, Telhado e Portela	Telhado	74		74	3700	740	
UF Vale S. Cosme, Telhado e Portela	JI Vale S. Cosme	45	45		2250	450	
UF Vale S. Cosme, Telhado e Portela	JI Telhado	38	38		1900	380	
Vale S. Martinho	Vale S. Martinho	92		92	4600	920	
Vale S. Martinho	JI Vale S. Martinho	33	33		1650	330	
Vermoim	Estalagem	46		46	2300	460	
Vermoim	Agra Maior	64	25	39	3200	640	
Vilarinho das Cambas	Vilarinho das Cambas	37		37	1850	370	
Vilarinho das Cambas	JI Vilarinho das Cambas	20	20		1000	200	
		5708	1185	4523	285400	57080	131.284,00
							131.284,00

JF PEDOME NÃO ACEITA A DELEGAÇÃO
-1.679,00

TOTAL A TRANSFERIR 129.605,00